

Induzindo à revolução

Edição

O MINISTRO Paulo Renato Souza está tentando atalhar a peregrinação kafkiana do salário-educação até as salas de aula. E, ao mesmo tempo, inovar, empenhando as comunidades locais em seu melhor aproveitamento. Dispõe-se a depositar nas contas bancárias das escolas de Primeiro Grau o que lhes couber da cota federal daquela contribuição social — e ainda neste semestre.

UM bom começo, evidentemente; mas apenas um começo. Pode encurtar o tempo de espera das escolas pelos recursos a que se credenciaram, mediante apresentação de projeto competente às Delegacias Regionais do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Diminuirão também casos como o encontrado no Estado do Rio pela secretária estadual de Educação, Mariléa da Cruz: uma dívida de R\$ 3,5 milhões com cerca de 60 municípios, aos quais o Governo estadual não repassara os recursos desde julho de 1994.

FALTA muito, no entanto, para o fim completo do desperdício. Com a tramitação vigente do salário-educação, do contribuinte até a escola, em que se perdem anualmente US\$ 400 milhões — palavra do ex-ministro Murillo Hingel — o MEC acabará na situação absurda de gestor do que está conde-

nado à ruína, por falta de base.

CONTRARIAMENTE ao que determina a Constituição (art. 211, parágrafo 5º), que o considera apenas fonte adicional, o salário-educação tem sido a principal fonte financiadora do ensino fundamental na esfera federal. Da receita de impostos, o ensino fundamental quase nada vê: é absorvida pela manutenção e o desenvolvimento do ensino superior.

QUAL é o roteiro do desperdício? Os 2,5% sobre a folha de salários que as empresas pagam de contribuição para o salário-educação são recolhidos pelo INSS, junto com as contribuições previdenciárias. Mas não há controle do MEC sobre esse recolhimento; nem, portanto, planejamento com tempo de sua aplicação. O dinheiro permanece inerte, durante 30 dias em média, antes de passar para o Banco do Brasil, que cobra taxa de administração de 1,8% sobre o valor. E só chega ao MEC depois de passar dez dias em inexplicável resguardo no Tesouro Nacional.

ESTÁ aí explicado, em parte, por que de cada US\$ 100 investidos em educação, apenas US\$ 40 chegam ao destinatário. Em parte: dois terços dos recursos do salário-educação são automaticamente re-

passados para os estados, na proporção de sua arrecadação; e então pode bem começar o desperdício.

O MINISTRO Paulo Renato quer salvar o terço restante, a chamada cota federal. E convocar, para fiscalização de seu emprego, as associações locais de pais e mestres. É o lado revolucionário da proposta.

TEMOS muito pouco de participação comunitária no processo educacional. A regra geral no sistema público é o pacote completo aprontado pelas autoridades — da concepção pedagógica à execução; e desta, à avaliação. Belrando a contradição de uma educação pública sem o público como seu sujeito. Exemplo típico dessa aberração são as escolas em que até o projeto arquitetônico é imposto, sem a menor consulta à comunidade.

NÃO será fácil essa participação, num país em que 70% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes, espalhados às vezes por uma vastidão territorial que dificulta, junto com a economia pouco diversificada, a organização social. Mas é preciso começar. Abandonar o estilo autoritário e clientelista pela partilha democrática das responsabilidades sociais.